



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL

ENNIO SILVA DE SOUZA

**E SE O APEDREJADO FOSSE VOCE?
UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE RELIGIÕES DE MATRIZ
AFRICANA**

São Luís
2024

Uema

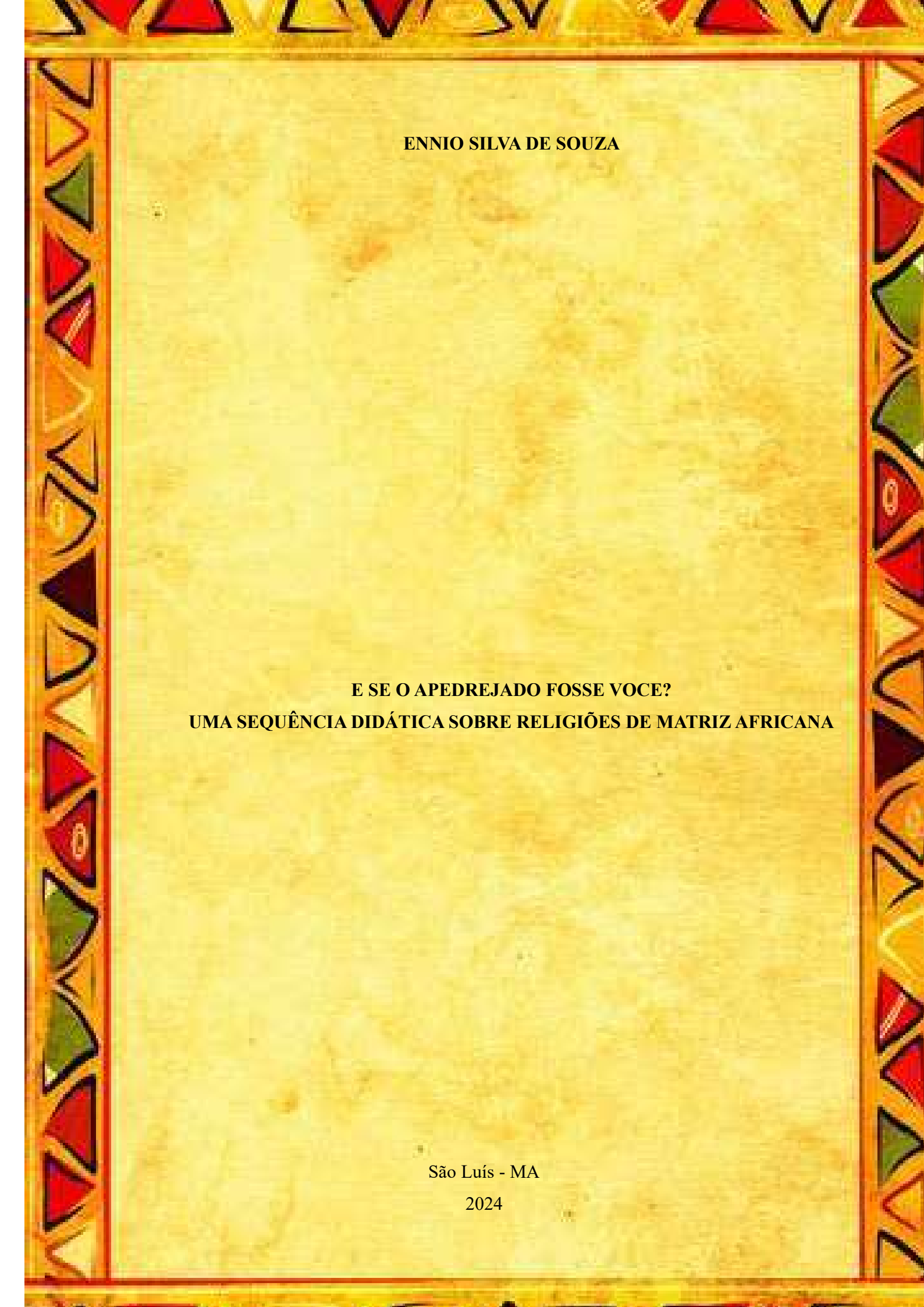
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ENNIO SILVA DE SOUZA

E SE O APEDREJADO FOSSE VOCE?
UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

São Luís

2024



ENNIO SILVA DE SOUZA

**E SE O APEDREJADO FOSSE VOCE?
UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**

São Luís - MA

2024

Sousa, Ennio Silva de.

E se o apedrejado fosse você? Uma sequência didática sobre religiões de matriz africana / Ennio Silva de Sousa. – São Luís, 2024.

36 f.; il.

Produto Educacional da Dissertação “Do terreiro para sala de aula: construção e uso de uma sequência didática sobre religiões de matriz africana na educação básica”.

Orientação do Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Reis.

1. Ensino de História. 2. Religiosidade. 3. Matriz Africana. 4. Ensino. 5. Lei 10.639/2003, I.Título.

CDU 37:299.6

FICHA TÉCNICA

Organização: Ennio Silva de Souza

Redação: Ennio Silva de Souza

Orientação: Prof. Dr. Marcus Vinicius de Freitas Reis

O racismo/intolerância se constituem em reflexos da colonialidade: do poder ao impor a associação da imagem e a crença do homem e da mulher negra aos patamares inferiores da pirâmide social; do saber ao subalternizar os conhecimentos milenares da cultura africana em detrimento aos valores da sociedade branca e sua epistemologia; do ser ao fazer com que os homens e mulheres negras se submetam aos padrões hegemônicos, distanciando-se dos africanos em busca de inclusão social subordinada e da natureza ao considerar primitivas as religiões de matrizes africanas, associando-as a imagem demoníaca, inferiorizando-as e desrespeitando a fé de seus adeptos.

Ariane Gomes de Oliveira

As cores do sagrado - Caribé



Fonte: Mostra... (2018)

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	5
1	INTRODUÇÃO.....	6
2	ORIENTAÇÕES PRÉVIAS.....	8
3	O MITO DA CAVERNA.....	9
4	PRIMEIRA SAÍDA.....	10
4.1	A colonização do Brasil e o tráfico de africanos.....	10
4.2	Sugestão de abordagem do tema.....	12
4.3	Atualizando a discussão.....	12
4.4	Prática avaliativa.....	13
5	SEGUNDA SAÍDA.....	14
5.1	Lutas e formas de resistências africanas no Brasil colônia.....	14
5.2	Sugestão de abordagem do tema.....	16
5.3	Atualizando a discussão.....	16
5.4	Prática avaliativa.....	17
6	TERCEIRA SAÍDA.....	18
6.1	A religiosidade africana e a imposição do cristianismo.....	18
6.2	Sugestão de abordagem do tema.....	20
6.3	Atualizando a discussão.....	20
6.4	Prática avaliativa.....	21
7	QUARTA SAÍDA.....	22
7.1	Intolerância religiosa e racismo religioso no Brasil.....	22
7.2	Sugestão de abordagem do tema.....	24
7.3	Atualizando a discussão.....	24

7.4	Prática avaliativa.....	25
8	QUINTA SAÍDA.....	26
8.1	Lei 10639/03 e a escola no combate à intolerância religiosa e do racismo religioso.....	26
8.2	Sugestão de abordagem do tema.....	28
8.3	Atualizando a discussão.....	29
8.4	Prática avaliativa.....	29
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	32

APRESENTAÇÃO

Caríssima comunidade escolar

Seja bem-vinda a esse humilde e singelo aporte pedagógico, sua leitura indica que esta comunidade está interessada em obter mais conhecimentos, bem como mais estratégias que auxiliem o trabalho docente no combate a intolerância religiosa e racismo religioso na nossa sociedade. Para esse feito, não esqueça de sua importância no processo de desconstrução dos estereótipos construídos e reproduzidos sobre as religiões de matriz africana, pois, a escola tem fundamental contribuição na formação do caráter, da personalidade, na visão de mundo do aluno.

Nesse produto educacional intitulado “E se o apedrejado fosse você?”, apresentado no formato de sequência didática, pretendemos auxiliar professores e alunos no processo de desconstrução de estereótipos sobre as religiões de matriz africana suscitando, em todos os envolvidos, o desenvolvimento das competências crítico-reflexivas para que a intolerância religiosa e o racismo religioso possam ser compreendidos enquanto construção histórica, e como tal, passível de serem repensados e desconstruídos, possibilitando adoção de novos comportamentos e visões de mundo que favoreçam a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nessa perspectiva, o presente produto educacional apresenta estratégias pedagógicas que visam contribuir para a transformação de comportamentos que, ainda hoje, perpetuam o racismo em todas as suas formas, em especial contra as religiões de matriz africana. Sendo assim, a sequência didática “E se o apedrejado fosse você?” possui 05 (cinco) aulas, com seus respectivos objetivos, estratégias, sugestões de atividades e de avaliações. Sem mais delongas, esperamos que esse material possa contribuir com sua comunidade escolar nessa empreitada de desconstrução dos estereótipos referentes às religiões de matriz africana, favorecendo o reconhecimento da importância delas na formação do povo brasileiro, bem como a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura e vamos à luta



1 INTRODUÇÃO

A utilização da sequência didática “E se o apedrejado fosse você?” favorece a comunidade escolar, e por conseguinte a sociedade como um todo, no processo de desconstrução de estereótipos pelo fato de levar a discussão para sala de aula, de modo mais crítico, para que os alunos possam compreender as raízes do pensamento e comportamento discriminatório e, assim, ter diante de si desvelada a importância das culturas negras na construção do Brasil, sobretudo percebendo a religiosidade de matriz africana como fundamental elemento de resistência dos africanos escravizados e dos negros após a abolição da escravatura, quando, estando livres, passaram a ser marginalizados e invisibilizados, aparecendo, quando apareciam, com o estigma de inferiores.

A sequência didática “E se o apedrejado fosse você?”, de modo mais claro, busca auxiliar professores e alunos no cumprimento da Lei 10639; estimular e desenvolver a criticidade para se perceber a diversidade cultural africana e afro-brasileira, de modo particular no âmbito da religiosidade, como elemento constituinte da cultura nacional; promover formas de superação da discriminação religiosa ainda presente na sociedade e, por conseguinte, no espaço escolar; perceber diferenças e semelhanças entre as religiões de matriz africanas e o cristianismo, religião que pautou a religiosidade brasileira durante todo o período colonial, na perspectiva de desconstruir possíveis visões hierarquizadas que estabeleçam uma como superior a outra.

Para a busca e alcance dessas metas, é de suma necessidade que se faça uma abordagem histórica problematizadora, questionando os alunos sobre seus conhecimentos prévios no que refere a temática em questão para, dessa forma, se buscar raízes que construíram e consolidaram tais visões discriminatórias das religiões de matriz africana.

Assim, a sequência didática em questão se baseia na história cultural, a saber:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Um atarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (Chartier, 2002, p. 16-17).

Essa perspectiva histórica leva ao confronto dos conhecimentos e visões estabelecidas no presente, no intuito de investigá-las ao ponto de se encontrar os modos como foram construídas e como foram consolidadas.

Nesse viés, se observa e analisa as relações de poder presentes em determinados momentos da história e como essas relações, atendendo aos interesses de uma parcela dominante da sociedade, produzem arcabouços ideológicos, sustentados tanto pelo poder público quanto por intelectuais, para estabelecer e naturalizar uma realidade social construída e transmitida por gerações seguintes.

Este efeito ideológico produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (Bourdieu, 1989, p. 10-11).

A abordagem por parte do professor perpassa por um viés que não se baseia em transmissão de informação, o que caracterizaria uma atividade unilateral e alienante. Do contrário, sua maneira de conduzir a atividade docente deve condizer com os próprios objetivos da Lei 10639 e da sequência didática, qual seja, construir o conhecimento de modo democrático e com caráter reflexivo, a atividade docente nessa ótica tem cunho investigativo, questionador, e para tal feito, o professor, ainda que seja aquele que conduzirá as ações, não se torna um detentor supremo autoritário do saber, mas um construtor, a priori, mais experiente, uma vez que deverá estar mais munido de informações e conhecimentos para estabelecer uma discussão frutífera.

A prática pedagógica em vista na utilização da sequência didática tem como pano de fundo o caráter político, do âmbito de que cada indivíduo é capaz de tomar, ou adotar uma postura que reflita seu posicionamento no mundo, e social, posto que essa prática busca refletir e analisar as práticas discriminatórias às quais as religiões de matriz africanas são subjugadas, no intuito da promoção de mudanças de posturas, de atitudes, que favoreçam a convivência igualitária e respeitosa, de modo que os elementos da cultura africana e afro-brasileira recebam o reconhecimento social da sua importância na construção da sociedade brasileira.

2 ORIENTAÇÕES PRÉVIAS

É comum, é corriqueiro o fato de que nas escolas, por diversas vezes, os conteúdos são trabalhados de maneira individualizada, sem que se estabeleça, ou que se deixe claro aos alunos, a conexão existente entre os conteúdos trabalhados para a composição de um conhecimento mais amplo e completo.

É de suma importância que se busque visualizar o processo como um todo na utilização da sequência didática. É preciso que professores e professoras tenham plena ciência de que, mais do que ministrar uma aula após a outra, cada momento de aprendizagem deve contribuir na construção de uma narrativa maior, como em uma série de streaming em que é necessário compreender os episódios em conjunto para se vislumbrar o roteiro na sua totalidade.

A boa aplicação da sequência didática depende, ainda, do posicionamento de abertura, por parte do corpo docente, para desconstruir seus estereótipos sobre as religiões de matriz africana, pois, como mediadores do conhecimento a ser construído, professores e professoras devem estar despidos de preconceitos a fim de que possam contribuir para uma aprendizagem significativa para os alunos, que possibilite a adoção de novas formas de pensar e agir diante do processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que possa aprender a conviver de forma respeitosa com as religiões de matriz africana, tornando-se cientes da importância dessas religiões na formação da sociedade brasileira.

Enfim, visto que a referida sequência didática busca auxiliar a comunidade escolar na desconstrução de estereótipos, os encontros (aulas) serão denominados de Saídas da caverna, em alusão a alegoria do mito da caverna do filósofo Platão, que reflete sobre a luz do conhecimento para maior percepção e compreensão da realidade. Para melhor entendermos essa referência, mostraremos brevemente essa história.

3 O MITO DA CAVERNA

Platão descreve que alguns homens, desde a infância, geração após geração, se encontram aprisionados em uma caverna. Nesse lugar, não conseguem se mover em virtude das correntes que os mantém imobilizados. Virados de costas para a entrada da caverna, veem apenas o seu fundo. Atrás deles há uma parede pequena, onde uma fogueira permanece acesa.

Por ali passam homens transportando coisas, mas como a parede oculta o corpo dos homens, tudo o que os prisioneiros conseguem ver são as sombras desses objetos transportados. Essas sombras projetadas no fundo da caverna são compreendidas pelos prisioneiros como sendo tudo o que existe no mundo.

Certo dia, um dos prisioneiros conseguiu se libertar das correntes que o aprisionava. Com muita dificuldade, ele busca a saída da caverna. No entanto, a luz da fogueira, bem como a do exterior da caverna, agride os seus olhos, já que ele nunca tinha visto a luz. O ex-prisioneiro pensa em desistir e retornar ao conforto da prisão a qual estava acostumado, mas gradualmente consegue observar e admirar o mundo exterior à caverna.

Entretanto, tomado de compaixão pelos companheiros de aprisionamento, ele decide enfrentar o caminho de volta à caverna com o objetivo de libertar os outros e mostrar-lhes a verdade.

(Platão – A República)

O mito da caverna



Fonte: Silva (2020)

4 PRIMEIRA SAÍDA

4.1 A colonização do Brasil e o tráfico de africanos

Do contrário do que se possa imaginar, o processo de colonização do Brasil não tem início com a chegada dos portugueses em 1500. Somente por volta dos anos 1530 a coroa portuguesa começa a exploração sistemática dos recursos que a “nova” terra poderia favorecer.

A agricultura foi a mola que impulsionou a produção de riqueza no Brasil que, conseqüentemente, enriquecia Portugal, o colonizador. Porém, o motor que mantinha toda essa engrenagem funcionando foi a mão-de-obra escravizada, alimentada pelo tráfico de pessoas trazidas da África para cá.

Nesse ponto é importante frisar que, embora a escravidão seja uma prática tão antiga quanto a humanidade, em muitas civilizações, desde a antiguidade até a Idade Moderna, as pessoas eram tomadas como escravas para pagamento de dívidas ou como espólio de guerra, executando serviços pequenos, domésticos, ou até mesmo como guerreiros para defender seus senhores.

Embora toda forma de escravidão destitua o indivíduo de sua identidade e sua dignidade humana, a forma como ela é instaurada nas Américas, em especial no Brasil, assume um outro patamar, pois ela não se caracteriza como uma espécie de direito do credor sobre aquele que contraiu uma dívida, mas se configura como o tráfico em massa de pessoas, vistas e tratadas como produtos, privados de suas liberdades, identidades, culturas e dignidade, forçadas a trabalharem exaustivamente, sobretudo, nos engenhos.

Nesse processo de comercialização do africano para servir, como escravo, aos interesses portugueses no Brasil colônia, não bastasse toda violência física às quais estavam submetidos ao atravessarem o Atlântico em condições desumanas, os que conseguiam chegar com vida eram destituídos de seu caráter identitário.

De origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus – em africanos, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. Entre os escravizados havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e um sem-número de agricultores, conhecedores da metalurgia e pastoreio (Gomes, 2015, p. 8).

Esse novo formato de escravização se sustentava pela ideologia que ainda hoje macula as relações sociais no Brasil: o racismo, pois a ideologia do colonizador era de que os africanos eram bárbaros, selvagens, desprovidos de qualquer capacidade

intelectual que os fizessem progredir enquanto sociedade, sendo assim, destinados a servirem as raças ditas superiores: brancas europeias.

Durante séculos, o continente africano foi desqualificado por discursos similares que atribuíam aos habitantes da região uma imagem de inferioridade em relação a outros povos, ao mesmo tempo que destacavam o homem branco europeu como modelo de superioridade e civilização. Tais discursos serviram de base para justificar a escravidão dos povos negros (Nogueira, 2022, p. 24).

Em todos os aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira, a presença negra foi, e continua sendo, uma constante. No entanto, suas raízes, suas matrizes, identidades, memórias foram vitimadas por grandes mazelas físicas, sociais, ideológicas, religiosas, desde a chegada do primeiro africano escravizado, até o mais recente caso de racismo divulgado pelas redes sociais

Embora a escravidão tenha sido, pelo menos de modo formal, abolida, o pensamento racista que a sustentou ainda perdura e, com isso, todas as mazelas que o racismo pode implicar. A luta por igualdade e respeito para com a população negra no Brasil perpassa, inevitavelmente, por manter viva suas histórias, suas memórias, suas identidades.

Na constituição histórica brasileira, a cosmovisão baseada em matrizes africanas, consideradas opostas à ocidental, foi silenciada em nome de concepções eurocêntricas que normatizaram práticas de conduta e relações na sociedade brasileira. em sentido contrário a tentativas de mascarar as formas de tratamento dadas a população negra, durante e após a escravidão, se opondo a práticas que visavam, e ainda visam, legar ao esquecimento toda a história e cultura negra, deve-se lembrar da importância da presença e da contribuição da cultura africana vinda com os negros traficados para o Brasil, escravizados durante o processo de colonização e desenvolvimento agrícola e, posteriormente, mineiro da economia brasileira.

Embora inseridos em uma terra estranha, submetidos a condições de vida degradantes, a população africana trazida para o Brasil manteve às custas das memórias de suas terras, elementos da sua cultura original que, no decorrer dos séculos, fariam parte do desenvolvimento da cultura e da sociedade brasileira.

4.2 Sugestão de abordagem do tema

Como modo de se trabalhar essa temática, a proposta é desenvolver uma roda de conversa sobre o início da colonização do Brasil e a utilização da mão-de-obra escrava como mola mestra da economia brasileira. o professor ou professora poderá se utilizar apenas do conhecimento que os alunos já tenham sobre o assunto, ou pode indicar leituras a serem feitas previamente, sendo discutidas as perspectivas dos alunos sobre o assunto.

Acompanhado disso, a discussão sobre a perda da dignidade humana dos africanos escravizados deve ser feita analisando as ideologias que, para aos portugueses, legitimaram esse mercado de tráfico humano, bem como o fato de tratá-los como seres inferiores.

4.3 Atualizando a discussão

Ônibus



Fonte: Lopes (2020)

Visto que o passado é pensado sob o prisma das perguntas do presente, é imprescindível a atualização da discussão, suscitar o questionamento sobre a visibilidade, ou invisibilidade da pessoa negra no mercado de trabalho atual, sua presença, e de que forma essa presença se efetiva no desenvolvimento da economia, seja ela a nível nacional, seja a nível local, para uma visualização mais próxima da realidade social da escola.

Nessa atualização da discussão, deve-se refletir sobre a colocação de pessoas negras dentro das hierarquias de cargos, buscando-se perceber como a ideologia racista,

que legitimou para os portugueses a utilização da mão-de-obra escrava, ainda interfere, não somente na posição hierárquica das pessoas negras no mercado de trabalho, como também propiciam casos de discriminação racial dentro do ambiente de trabalho.

4.4 Prática avaliativa

Como finalização desse primeiro encontro, o processo avaliativo constará da apresentação dos resultados de entrevistas feitas pelos alunos *in loco*, com mediação ou orientação prévia, a professores e demais funcionários negros da escola sobre suas trajetórias profissionais e os maiores obstáculos enfrentados no percurso.

Ainda no espaço escolar, a entrevista se volta para os demais alunos e alunas negras sobre suas perspectivas de vida em relação ao futuro e como esses alunos e alunas negras percebem a influência do racismo no caminho para a realização de seus projetos futuros.

Em uma esfera mais ampla, os alunos podem realizar pesquisas, breves resumos sobre pessoas negras que alcançaram cargos de destaques na esfera política, econômica, social, cultural e suas contribuições para a sociedade a nível municipal, estadual ou nacional.

Indicação de filme:

Título: Quanto vale, ou é por quilo?

Direção: Sérgio Bianchi, 2005

5 SEGUNDA SAÍDA

5.1 Lutas e formas de resistências africanas no Brasil colônia

Não é raro perceber, ainda hoje, o senso comum que representa o africano escravizado sob o aspecto do submisso ante os infortúnios que lhes eram impostos, como se os escravizados fossem seres passivos, ao que, erradamente, se atribui sua libertação a uma suposta bondade, generosidade, ou simpatia pela causa abolicionista por parte da princesa Isabel.

Porém, para além de revoltas pontuais, marcantes como a Revolta dos Malês em 1835, que receberam certo destaque nos livros de história, o cotidiano do africano escravizado era repleto de diversas formas de lutas e resistência às circunstâncias nas quais se encontravam.

Essa resistência assumiu várias formas e expressou-se de diversas maneiras. Recalcitrâncias no dia-a-dia, diminuição do ritmo de trabalho e sabotagem foram provavelmente as formas de resistência mais comuns, enquanto autodestruição através do suicídio, infanticídio ou tentativas manifestas de vingança foram, em sentido pessoal, as atitudes mais extremas (Schwartz, 1987, p. 61-62).

Pensar o africano escravizado no Brasil como um indivíduo passivo, que simplesmente aceitou um destino imposto pelos europeus, é continuar reproduzindo a mesma ideologia racista adotada pelos colonizadores que, julgando os negros como inferiores, os consideravam incapazes de qualquer forma de progresso, fosse intelectual, econômico ou social.

As formas de luta e resistência adotadas pelos africanos escravizados são de grande importância para se compreender o processo da abolição da escravatura, pois, uma vez destituídos de sua terra natal, criaram seus próprios meios de enfrentar o sistema escravista. Nesse sentido, é importante frisar que as fugas eram mais do que o ato de escapar dos açoites dos senhores de engenhos. O ato de fugir configurava outros dois aspectos fundamentais no confronto ao regime escravocrata: uma conotação política, visto que constantes fugas encorajavam outros escravizados a tentarem se libertar daquela situação na qual foram impostos; e uma outra econômica, posto que, além de deixar de gerar renda ao seu proprietário, ainda lhes causava prejuízo com o tempo e os recursos destinados a captura dos que haviam empreendido fuga.

Os ‘escravos’ longe de serem submissos, ou simplesmente rebeldes, criaram formas próprias de integração no mundo da escravidão, procurando espaços de autonomia e de liberdade, por meio não só da

fuga, da rebelião ou do quilombo, mas também negociando, barganhando (Pereira, 2001, p. 20).

Se no âmbito social, econômico e político essas formas de luta caracterizavam a resistência africana, a religiosidade foi de suma importância para sua resistência cultural, preservando traços importantes de sua identidade africana. No plano religioso, o que popularmente se chamou de sincretismo, foi uma das maneiras de resistência da religiosidade vinda com os africanos. No sincretismo não havia, necessariamente, uma conversão ao cristianismo. Pelo contrário, os negros escravizados adotavam para si os santos católicos que possuíam atributos e características semelhantes às suas divindades africanas. Dessa forma, a memória de seus deuses permanecia viva.

Os africanos escravizados estavam, mas não eram do Brasil, estavam nas mais diversas regiões do território brasileiro, mas não eram de nenhuma delas. Suas territorialidades africanas foram retiradas, uma sensação de territorialidade brasileira era impossível, uma vez que eram tratados como produtos comerciais, como mercadoria. Esse deslocamento, essa retirada de suas terras, põe os africanos numa diáspora, uma dispersão não voluntária.

No entanto, esse processo permitiu às populações africanas um hibridismo cultural, ou seja, elaborações culturais que não se definem como marca exclusiva de uma nacionalidade. Pode-se falar com isso de uma cultura do Atlântico negro, híbrida, que não se encontra circunscrita às fronteiras étnicas ou nacionais. Considerar tal perspectiva consiste em evidenciar

Recursos para que se escrevam histórias, ainda não escritas nem pensadas, sobre uma transcultural negra [...]nos leva necessariamente não só à terra, onde encontramos o solo especial no qual se diz que as culturas nacionais tem suas raízes, mas ao mar e a vida marítima, que se movimenta e que cruza o Oceano Atlântico, fazendo surgir culturas planetárias mais fluidas e menos fixas (Gilroy, 2001, p. 14-15).

Esse hibridismo cultural permitiu que a identidade africana, como tal, não fosse por completa extinta. Por outro lado, favoreceu que um anova identidade fosse construída pelo contato e pela dinamicidade das relações com outros povos e culturas.

5.2 Sugestão de abordagem do tema

Resistência



Fonte: Rêgo (2017)

Como estratégia para se trabalhar essa temática, a proposta é que os alunos possam assistir, previamente ou em sala de aula, filme, de preferência curta metragem devido ao tempo de aula, sobre lutas e formas de resistência escrava no Brasil colônia. É imprescindível que o professor assista previamente ao filme escolhido, no intuito de que possa levar mais conhecimento aos alunos, visto que é o mediador do processo de ensino-aprendizagem, bem como possa preparar questões que suscitem a discussão sobre a temática, além de se preparar da melhor forma possível para atender aos questionamentos que surgirem durante a discussão.

5.3 Atualizando a discussão

É importante que professores e alunos discutam sobre casos de discriminação racial e a ação da sociedade civil, do governo e de entidades não governamentais no combate a tais atitudes, discutindo sobre possíveis causas que perpetuam o racismo, mesmo após a abolição formal da escravidão, refletindo sobre como os avanços tecnológicos, as mídias sociais contribuem tanto para a reprodução do racismo, como também contribuem para combatê-lo.

Compreender as contradições e diferenças sociais, bem como o modo delas serem percebidas, é de grande importância, levando-se em consideração não somente os

eventos (contradições e diferenças sociais) em si, mas suas origens, sua criação em um tempo anterior aos próprios eventos, para que se torne possível perceber, de forma mais aprofundada, mais crítica, os processos históricos que os ocasionaram e seus efeitos dentro da sociedade brasileira.

Por fim, é imprescindível que se analise, a fim de que se perceba, os elementos da cultura negra presente na nossa sociedade, pois essa compreensão auxilia na percepção real da cultura negra como elemento formador do povo brasileiro. Isto posto, dedica-se a discussão com destaque às religiões de matriz africana, sem proselitismo de qualquer vertente religiosa, para que os alunos tenham condições de pensar e repensar sobre os preconceitos referentes às religiões de matriz africana, aceitando-as e respeitando-as, não como orientação religiosa a ser seguida, posto que não é esse o papel da escola, mas como elemento de resistência cultural dos povos africanos escravizados, bem como elemento da formação cultural brasileira.

5.4 Prática avaliativa

Finalizando o segundo encontro, segue-se a avaliação com a produção de um texto, por parte dos alunos, percorrendo sobre a importância da cultura africana na formação do povo brasileiro, sobre a resistência do povo negro na luta contra o racismo que perdura até os dias de hoje.

Ainda nessa perspectiva, solicita-se aos alunos que pesquisem e apresentem, posteriormente, casos de discriminação racial e de racismo religioso que foram punidos nas normas das leis brasileiras, com breve comentário dos alunos sobre um dos casos apresentados.

Indicação de filme

Serie: Além da imaginação, 2019

Temporada 01 Episódio 03

Título: Replay

Direção: Gerard McMurray

Leitura complementar: SCHWARTZ, Stuart B. Mucambos, quilombo e Palmares: a resistência escrava no Brasil colônia. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 61-88, 1987.

6 TERCEIRA SAÍDA

6.1 A religiosidade africana e a imposição do cristianismo

Ao longo de toda história humana a religiosidade tem-se configurado como importante elemento identitário de um povo, desde os ritos mais primitivos do paleolítico, até as liturgias mais organizadas e institucionalizadas dos dias atuais. A manifestação religiosa é uma das formas pela qual um indivíduo pode se utilizar para sua afirmação de si, expressar seu pertencimento a um grupo social, ou a um povo.

O africano traficando para o Brasil, e aqui sujeito ao processo de escravização, perde de imediato a sua identidade territorial, a noção de pertencimento deixa de existir a partir do momento em que é embarcado no navio negreiro. Posteriormente, é destituído de sua identidade social, visto que as estruturas que organizavam seu convívio não estão presentes na nova terra, inclusive a nível familiar, seguindo-se da destituição de sua estrutura cultural, tido como inferior pelos europeus colonizadores e, de tal forma, tratada.

A religiosidade negra, tão importante em território africano, vê-se aqui relegada ao plano da marginalidade, tanto por conta das estruturas sociais nulificadas na diáspora, quanto pelo fato dessa religiosidade não ter o espaço que lhe era devido no contexto social e religioso nos quais os escravizados foram alocados contra suas vontades.

Se a religião negra, ainda que em sua reconstrução fragmentada, era incapaz de dotar o negro de uma identidade negra, africana, de origem, que recuperava ritualmente a família, a tribo e a cidade perdidas para sempre na diáspora, era por meio do catolicismo, contudo, que ele podia se encontrar e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade do branco dominador, que era o responsável pela garantia da existência do negro, ainda que em condições de privação e sofrimento, e que controlava sua vida completamente (Prandi, 1998, p. 154).

Dispersos em diversas regiões, os elementos da cultura africana, trazidos com os negros aqui escravizados, resistem por meio de interações com outras culturas com as quais passaram a ter contato. No Maranhão, por exemplo, as religiões de matriz africana tem a peculiaridade de um elemento chamado encantaria, o qual se explica assim

Nas religiões de matriz africana no Maranhão, acredita-se que algumas pessoas, como o Rei Sebastiao, podem se encantar – desaparecer do mundo dos vivos, sem morrer, passando para outro plano de existência e reaparecer depois incorporado em médiuns (pajés, pais e filhos-de-santo) (Ferretti, 2017, p. 358).

No Maranhão, o processo de marginalização dos elementos da cultura negra se fez presente, como em todo restante do território nacional. De igual forma, as religiões de

matriz africana no solo maranhense se valeram do contato com a cultura europeia para resistirem aos infortúnios do sistema escravista

No imaginário e na expressão artística afro-brasileira, os Orixás costumam ser caracterizados com atributos de santos católicos, quase todos brancos, como por exemplo o guerreiro romano pelo qual Ogum é representado em muitos candomblés. Vários outros Orixás são também caracterizados assim (Ferretti, 1998, p. 187).

Atualmente, embora a Constituição pregue a liberdade de culto e opção religiosa, é visível que na prática não existem condições concretas para que as religiões de matriz africana possam existir de maneira igualitária em relação ao cristianismo, que sempre regeu o imaginário religioso do Brasil.

A religiosidade de matriz africana se constitui como forte elemento de resistência, por se constituir como a própria identidade dos africanos trazidos para o Brasil, bem como os seus descendentes. A expressão religiosa de matriz africana é uma ação performática para representar algo, a própria religião, com todos os elementos que a compõem durante e for ados atos ritualísticos, é a vivência real e constante dessa identidade.

É de suma importância atentar para o fato de que o Brasil colônia não era um Estado laico. Dessa forma, o cristianismo católico funcionava muito menos como alento espiritual, e muito mais como ferramenta de opressão, pois de um lado, a escravização dissolvia as estruturas sociais, e por outro, o catolicismo buscava fazer sucumbir a religiosidade africana sob o prisma ideológico que apregoava como inferior qualquer coisa, material ou imaterial, que adviesse da África.

Historicamente, em tempos pretéritos, os seus cultos eram proibidos, pois os negros africanos trazidos dos mais diversos países desse continente, durante o período colonial, tal como se processou com os índios, tiveram que negar suas crenças e forçosamente aderir ao catolicismo europeu. (Silva et al., 2019, p. 162).

A religiosidade africana resiste adotando estratégias como o sincretismo, para que na convivência com os santos católicos pudessem manter viva a memória das suas divindades ancestrais, bem como, sobretudo a partir da formação de comunidades quilombolas e mocambos, fazendo interações com a religiosidade indígenas, cujas divindades também eram ligadas à natureza. No entanto, embora hoje se tenha uma maior afirmação das religiões de matriz africana no Brasil, sua luta perdura, confrontando a mesma ideologia que legitimava, pelo menos aos olhos do colonizador, a escravidão: o racismo.

6.2 Sugestão de abordagem do tema

Para se trabalhar essa temática, propõe-se estudos prévios sobre ela, em vista de proporcionar uma discussão em sala de aula sobre a importância da cultura para os povos africanos e, assim, ter maior possibilidade de compreender sua religiosidade como elemento fundamental para sua identidade.

Visto isto, é de suma relevância a análise, a reflexão sobre o pensamento eurocêntrico que fundamentou não somente a sobreposição da cultura europeia em detrimento da africana, como a imposição do cristianismo católico como superior à religiosidade dos africanos escravizados. No entanto, é fundamental discutir sobre as estratégias de resistência e as transformações ocorridas na religiosidade africana causadas pelo contato e pelas interações com as religiosidades europeias e indígenas presentes no Brasil colônia.

6.3 Atualizando a discussão

Iemanjá



Fonte: Schreiber (2020)

Embora haja muita discussão sobre liberdade religiosa atualmente, é fato que ainda existem muitos casos de discriminação e racismo religioso referentes às religiões de matriz africana no Brasil. Por isso, faz necessário o exercício de análise do processo de demonização dos elementos religiosos negros, sustentada pela mesma ideologia racista que considerava o negro como incapaz de desenvolver-se intelectual e socialmente.

Discutir a influência das mídias sociais e da predominância de outras denominações religiosas para reprodução e perpetuação dos estereótipos referentes às

religiões de matriz africana, desmascarar o racismo presente nos discursos propagados que diminuem a religiosidade de matriz africana, levando os alunos a compreenderem a importância da mesma para a pluralidade cultural brasileira, discutindo semelhanças e diferenças com outras expressões religiosas presentes no Brasil pelo viés da percepção da multiplicidade de cultura, não pela ótica discriminatória que classifica em superior e inferior como ocorria abertamente na colonização do país.

6.4 Prática avaliativa

Por fim, como atividades avaliativas, os alunos podem realizar entrevistas com professores, alunos e demais membros da comunidade escolar sobre a diversidade religiosa no Brasil, com destaque ao que os entrevistados pensam sobre as religiões de matriz africana, apresentando e discutindo os resultados das entrevistas. Como ação transformadora, os próprios alunos, com auxílio do professor ou professora, podem conduzir rodas de conversas com outros alunos, refletindo sobre a importância das religiões de matriz africana como elemento cultural da identidade de um povo, bem como elemento formador da cultura brasileira.

Indicação de filme

Título: Atlântico negro: na rota dos Orixás,

Direção: Renato Barbieri, 1998

Leitura complementar: PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998.

7 QUARTA SAÍDA

7.1 Intolerância religiosa e racismo religioso no Brasil

As religiões de matriz africana resistiram, e continuam a lutar por si mesmas, aos infortúnios que a ideologia racista impunha aos africanos escravizados no Brasil. Vale lembrar que tal ideologia hierarquizava a vida social em um adita raça superior, branca, europeia e dominante, e uma dita raça inferior, preta, africana e sem habilidades que lhes favorecessem progredir enquanto indivíduos e sociedade.

Formalmente extinta a escravidão, os negros, agora libertos eram considerados, pela lei, cidadãos, o que se apresentava como obstáculo para o desenvolvimento nacional que se pretendia concretizar nos moldes europeus: branco e católico.

A liberdade, ou pseudoliberdade, que os negros passaram a ter para manifestar seus traços culturais se defrontara com novas formas de opressão, desde a marginalização na esfera social, até a demonização dos seus cultos religiosos. E, em vista de se reforçar o mito da democracia racial, passa-se a adotar na forma da lei a liberdade religiosa. Porém, na prática, as religiões de matriz africana continuaram a ser vistas como inferiores, e de tal forma tratadas.

Depois de abolida a escravatura formalmente, com a organização das casas de santo, muitos foram os casos de violação violenta e institucional – com a intervenção policial e de outras ‘autoridades’- de templos já que nosso país racista sempre se autoproclamou católico (Willeman; Lima, 2010, p. 85).

Grosso modo, o desrespeito e os atos de violência, física e simbólica, que as religiões de matriz africana enfrentam parecem apenas atos de quem não as toleram, dá a ideia de intolerância religiosa. No entanto, o cenário exige uma observação e análise mais profunda.

Por isso o termo intolerância religiosa não é suficiente para descrever a problemática. O termo intolerância é, sem dúvidas, mais palatável à sociedade brasileira, que é cordial e que crê ser fundada no mito da democracia racial. Mas trata-se, na verdade, da prática de racismo religioso, uma forma de existência religiosa que exclui as outras religiões através de um traço semântico cultural etnocêntrico, que permeia o inconsciente coletivo e alcança a normatização da violência contra tudo o que represente o preto (Gonçalves, 2021, p. 111-112).

Ou seja, é mais brando dizer que alguns indivíduos da sociedade não toleram as religiões de matriz africana, do que admitir que toda forma de violência proferida contra elas tem como fundamentação uma ideologia racista que configura, classifica e

hierarquiza, não só a religião, mas todos os elementos culturais negros como inferiores aos valores de uma classe hegemônica, os mesmos traços ideológicos que fundamentaram o tráfico e a escravização dos africanos no Brasil.

Por fim foram deixados em paz pela polícia (quase sempre), mas ganharam inimigos mais dedicados e dispostos a expulsá-los do cenário religioso, contedores que fazem da perseguição às crenças afro-brasileiras um ato de fé, no recinto fechado dos templos como no ilimitado e público espado da televisão e do rádio. (Prandi, 2003, p. 33).

No Brasil, é comum perceber a menção a elementos da cultura afro-brasileira a partir de concepções tradicionais que enfocam a hegemonia do europeu e os afro-brasileiros como escravizados. A construção da representação dos povos e culturas africanos, por parte da classe dominante, branca, europeia, detentora do poder político, econômico, social, religioso e ideológico, como povos e culturas inferiores, atrasadas, foi de tal forma elaborada e reproduzida que se tornou parte do próprio imaginário da sociedade, se constitui parte da visão de mundo da população.

O primeiro espaço de culto aos deuses africanos surge no pátio das senzalas, apesar de sofrer a coibição dos senhores de escravos e seus feitores. Essa manifestação também sempre esteve presente na maioria dos quilombos, estruturados na reorganizada conformação clânica, alocados em novos meios biogeográficos, e por vezes estabelecendo o intercâmbio com os povos indígenas locais (Franco, 2010, p. 24).

Embora muito se discuta sobre a importância da história e cultura africana e afro-brasileira, é fato que ainda hoje as religiões de matriz africana são expressões religiosas vistas com uma associação malévola, uma demonização construída e reproduzida de forma naturalizada nas mais diversas esferas sociais. Essa demonização dos cultos africanos e afro-brasileiros está, historicamente, ligada à própria concepção de subalternidade sociocultural que se delegava aos africanos escravizados nas fazendas, que se amontoavam nas senzalas onde eram tratados como seres inferiores aos senhores de engenho. Por conseguinte, suas práticas, resquícios de sua formação cultural africana, eram consideradas menores, frutos de feitiçarias, encantos e atos diabólicos.

O desconhecimento das origens da religiosidade d matriz africana no Brasil reforça o estado de ignorância que perpetua atos de violência contra elas. É preciso conhecer suas histórias, seus desafios, suas conquistas ante a discriminação em vista de fortalecer o combate ao racismo que se detém sobre elas.

7.2 Sugestão de abordagem do tema

Para se trabalhar essa temática, é imprescindível que se discuta não apenas as diferenças culturais entre africanos e europeus durante o período da escravização. Mas, sobretudo, a organização social brasileira no pós-abolição que contava com uma classe dominante branca, que buscava elevar o país aos moldes europeus, e uma classe de novos cidadãos negros, que representavam, no imaginário branco, uma ameaça aos objetivos da classe hegemônica.

É importante refletir sobre o fato de que, embora o regime político e a estrutura social tenham sofrido transformações no final do século XIX, a mentalidade que proporcionou certa legitimidade da escravidão do africano, ou seja, a ideologia racista que propunha os africanos em status de inferioridade, não foi modificada. Dessa forma, é necessário que se compreenda os interesses, bem como as relações de poder presentes nas ideologias que ocasionaram, reforçaram e continuam reforçando o processo de demonização das religiões de matriz africana, sobretudo o papel do cristianismo (em suas mais variadas vertentes) e do poder público nesse processo, bem como colaboradores para a marginalização e exclusão das religiões de matriz africana no país.

7.3 Atualizando a discussão

Mãe Gilda



Fonte: Correa (2019)

Analisar atos de violência, dos mais diversos tipos, contra templos e adeptos das religiões de matriz africana, discutindo e refletindo os conceitos de intolerância religiosa

e racismo religioso, afim de que se possa perceber as ideologias presentes nos discursos dos agressores, observando traços ideológicos que, ainda hoje, sustentam estereótipos e atos de violência contra essas religiões, refletindo sobre as leis que, atualmente, visam punir atos de intolerância religiosa e racismo religioso, bem como as mais diversas formas de violência contra as religiões de matriz africana, discutindo sobre a atuação do poder público para garantir que tais religiões sejam amparadas e respeitadas como preconiza a Constituição Federal de 1988, além de abordar a atuação de movimentos sociais negros que lutam para que as leis se cumpram.

7.4 Prática avaliativa

Como modo de avaliar o encontro, pede-se aos alunos que entrevistem professores, alunos e demais membros da comunidade escolar sobre o que pensam a respeito da intolerância religiosa e racismo religioso, apontando a distinção entre ambos os conceitos, apresentando e discutindo os resultados posteriormente. Por fim, elabora-se uma Carta Aberta, que poderá ser publicizada em mídias sociais, ser endereçada à órgãos públicos ou apresentada à comunidade escolar com dados, documentos e argumentos que enfatizem a importância do respeito às diferenças religiosas para a construção de uma cultura de paz.

Indicação de filme

Título: Àkàrà no fogo da intolerância

Direção: Claudia Chavez, 2020

Leitura complementar: GONÇALVES, Carina Lopes. **Pluralismo democrático e liberdade religiosa**: a resistência umbandista no Estado democrático de direito. Orientadora: Helena Esser dos Reis. 2021. 185f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

8 QUINTA SAÍDA

8.1 Lei 10639/03 e a escola no combate à intolerância religiosa e do racismo religioso

A transformação de uma sociedade perpassa, dentre outros fatores, pelo viés da educação. É inegável a importância do papel da escola na contribuição para formação da visão de mundo dos indivíduos em uma sociedade, posto que o espaço escolar não se configura apenas como um ambiente de transmissão de conteúdos, pelo menos não mais, ou pelo menos não o deve ser.

A vivência escolar implica, ainda, na transmissão de valores sociais para que os alunos possam adotar comportamentos que os auxiliem na busca por uma convivência harmoniosa com os demais. No entanto, é também um espaço de contradições, sejam elas devido às diferentes percepções de mundo e experiências de vida colocadas em confronto por meio das interações sociais presentes, sejam elas (as contradições) ocasionadas pela própria visão de mundo, que por vezes pode ser estereotipada, que caracteriza o perfil da comunidade escolar.

São nessas interações e contradições experienciadas na escola que é possível perceber comportamentos e ideologias que, não apenas reproduzem, de forma explícita, velada ou inconsciente, o racismo, como também o perpetuam. Essa percepção é de vital importância para que alunos, professores e demais membros da comunidade escolar possam traçar estratégias que suscitem a reflexão sobre essa mazela social herdada do período escravocrata, favorecendo, dessa maneira, transformações nas formas de ver o mundo, questionamentos e desconstrução das ideologias racistas e, por conseguinte, trilhar novos caminhos que possam conduzir para a construção de uma cultura de paz.

É fundamental atentar para o processo de desconstrução dos estereótipos produzidos e reproduzidos ideologicamente ao longo dos anos na sociedade brasileira, levando-se em consideração a educação formal como agente fundamental de reformulação das concepções de um povo. Não excluindo, obviamente, as outras relações que contribuem na construção, e até mesmo desconstrução, de tal consciência.

Porém, é necessário lembrar que a relação escola e sociedade é dialética, ou seja, assim como a escola exerce influência sobre a sociedade, ela (a escola) também é influenciada pelo contexto social no qual está inserida, numa dinâmica que engloba contradições. Dessa forma, a escola também pode se tornar um espaço onde a

discriminação, de modo aberto ou mascarada, é realizada. Discriminação essa constituída historicamente na sociedade escravocrata, perpetuada mesmo após a abolição formal da escravidão, perdurando até os dias atuais, reproduzidas inclusive nas relações estabelecidas no cotidiano das salas de aula

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante esse processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre o negro (Cavalleiro, 2006, p. 19).

É importante que a história das religiões de matriz africana seja conhecida, não como algo dissociado da própria história da sociedade brasileira, mas como algo tão intrínseco na formação identitária do povo quanto o preconceito que persiste em marginalizar essas religiões. É fundamental, nesse sentido, que a escola considere uma postura pedagógica mediadora e inclusiva, que promova a problematização, o questionamento dos conceitos históricos que sustentam e reproduzem o racismo até os dias atuais.

Nessa perspectiva, tem-se a lei 10639/03, que apregoa a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no sistema de ensino, como proposição que visa combater o racismo e a discriminação, desconstruindo visões de mundo de bases etnocêntricas, que colocam o negro e seus elementos culturais em status de inferioridade, em vistas a levar ao conhecimento da sociedade a importância da cultura africana e afro-brasileira na formação social do país.

É fundamental lembrar que a história do negro no Brasil não se resume à escravidão. Este foi um grande episódio. Porém, limitar a identidade do negro afro-brasileiro e africano apenas a este acontecimento é ignorar toda sua historicidade e sua matriz cultural, que contribuiu para a formação da cultura do nosso país e do ser brasileiro (Gevehr; Alves, 2016, p. 18).

Embora a lei, por si só, não seja capaz de ocasionar transformações na mentalidade que rege o comportamento dos indivíduos, ela se caracteriza como uma preocupação, uma proposição para mudanças de atitudes. No entanto, cabe à escola, sob a luz da Lei 10639/03 reconstruir-se, ou desconstruir-se pedagogicamente, afim de elaborar estratégias que não só façam se cumprir a lei, como também tornem o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira significativo para os alunos, que possibilite a eles, bem como aos demais membros da comunidade escolar, refletir criticamente sobre a discriminação racial, o racismo religioso e o racismo em suas mais variadas formas de

manifestação, favorecendo a adoção de atitudes que possam desconstruir as ideologias que sustentam tais estigmas e conduzam à construção de uma cultura de paz, em vista de uma sociedade mais justa e igualitária.

Não se trata de falar sobre religiões de matriz africana como uma nota de rodapé em uma página de livro, tampouco tratá-las sob a categoria de folclore. É fato que por quase 400 anos o cristianismo católico era considerado como expressão oficial da religiosidade brasileira. É fato, também, que desconstruir tanto tempo de pensamento colonial não é tarefa que se mostre simples. No entanto, o reconhecimento, pesquisa, estudo e perpetuação das memórias afro-brasileiras não é apenas um ato de fazer-se conhecer a importância dessa cultura na formação da sociedade brasileira. relegar ao esquecimento as memórias e histórias das culturas africanas e afro-brasileiras é impedir que os povos negros tenham suas identidades reconhecidas, é negar a cada um seu sentido de pertencimento às raízes africanas, de onde foram retirados, é tolher de cada um o sentido de continuidade dessas raízes africanas no Brasil, bem como suprimir de cada um o seu direito de identidade brasileira, de um povo do qual é parte fundamental. É necessário que a escola questione, investigue e contribua na desconstrução dos discursos racistas que, ainda hoje, é uma grande mazela do país.

8.2 Sugestão de abordagem do tema

Para trabalhar essa temática, propõe-se discutir em roda de conversa sobre casos de intolerância religiosa e racismo religioso no ambiente escolar, a nível local, municipal estadual ou nacional, refletindo sobre a atuação da escola nos casos apresentados, bem como o papel e a importância da escola para a desconstrução de ideologias racistas, na construção e adoção de novas posturas que favoreçam um acultura de paz que conduza a uma sociedade mais justa e igualitária, estendendo tal discussão para a gestão escolar e equipe pedagógica, afim de saber quais ações a escola promove, ou pretende promover, para combater a intolerância religiosa e o racismo religioso no espaço escolar.

8.3 Atualizando a discussão

Preto Velho



Fonte: Westin (2023)

Como todo conhecimento é passível de novas reflexões, é importante que se faça tal exercício sobre a Lei 10639/03, embora seja recente, afim de que se perceba os avanços e as lacunas no que respeita ao cumprimento da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, compreender as leis que antecederam a Lei 10639/03 para que se tenha um pequeno panorama da luta pelo reconhecimento e valorização da cultura negra através do sistema formal de ensino, discutindo com gestores e equipes pedagógicas sobre os principais entraves para o cumprimento da lei, bem como pensar soluções que leve a escola a superá-los.

8.4 Prática avaliativa

Por fim, como exercício avaliativo, orienta-se aos alunos que possam discorrer, de forma escrita ou oral, sobre a importância do cumprimento da Lei 10639/03 para a valorização da cultura e história africana e afro-brasileira, culminando com a elaboração de uma Carta Aberta, com dados, documentos e argumentos apontando para a relevância da escola e da Lei 10639/03 para desconstrução de estereótipos racistas, bem como a superação da intolerância religiosa e do racismo religioso, favorecendo a construção de uma cultura de paz e de uma sociedade mais justa e igualitária, levando tal carta ao conhecimento de toda comunidade escolar, do público em geral por meio das mídias

sociais e, sobretudo, ao poder público para que possam se empenhar de modo que cada vez mais efetivo no cumprimento da lei.

Leitura complementar: GEVEHR, Daniel Luciano, ALVES, Darlã de. Educação étnico-racial na escola: a lei 10639/2003 e os desafios da interdisciplinaridade para além das aulas de história. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 17, nº02, p. 17-30, jul/dez, 2016

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o povo brasileiro nos remete a uma vasta gama de elementos culturais, hábitos etc. É consenso que o termo diversidade reflete esta sociedade de modo ímpar. Porém, podemos observar que no final do século XIX e ao longo de grande parte do século XX se buscava uma identidade nacional, algo único que contemplasse todos por igual, garantindo-lhes a sensação de pertencimento. Tal tentativa de criação dessa identidade nacional perpassou por uma sugestão de igualdade que, na prática, se revelou como uma pseudo-igualdade, sustentada pelo cunho científico de diversos intelectuais que, embora abordassem as relações entre os vários povos formadores da sociedade brasileira, estavam comprometidos em manter a estrutura que garantia uma classe, de origem branca, dominante sobre a outra, de origem não-branca, pois nesse aspecto também se enquadravam os indígenas, além dos negros.

Antirracismo



Fonte: Madureira (2023)

É na percepção e convivência com as diferenças que se pode perceber as identidades. A relação como o Outro, distante de ser um processo de suplantação de um em detrimento de outro, é uma relação na qual a identidade do Outro e a sua própria são reconhecidas e consolidadas por meio dessa diferenciação. Ou seja, ao perceber e me relacionar com a diferença do Outro, percebo a minha identidade, bem como aquela identidade alheia a mim.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CORREA, Eloi. **Por que Racismo Religioso e não apenas Intolerância Religiosa?** 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatoba.com.br/2019/07/11/por-que-racismo-religioso-e-nao- apenas-intolerancia-religiosa>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- FERRETTI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998.
- FERRETTI, Mundicarmo. Conflito e religiosidade: Rei Sebastião na religião de matriz africana do Maranhão. In: ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana Livia Bomfim (orgs.). **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência**. São Luís: EDUEMA, 2017. 6v.
- FRANCO, Diego Ferreira Cangussu. **As religiões afro-brasileiras: memória, identidade e urbanidade**. Orientadora: Jane Victal Ferreira Duduch. 2010. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.
- GEVEHR, Daniel Luciano; ALVES, Darlã de. Educação étnico-racial na escola: a lei 10639/2003 e os desafios da interdisciplinaridade para além das aulas de história. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.17, n2, p. 17-30, jul/dez 2016.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro enigma, 2015.
- GONÇALVES, Carina Lopes. **Pluralismo democrático e liberdade religiosa: a resistência umbandista no Estado democrático de direito**. Orientadora: Helena Esser dos Reis. 2021. 185f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- LOPES, Raissa. **BH: mais de 90% dos passageiros andam em ônibus lotados e esperam mais de 30 minutos**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/09/29/bh-mais-de-90-dos-passageiros-andam-em-onibus-lotados-e-esperam-mais-de-30-minutos>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MADURERIA, Daneile. **O que é Educação antirracista?** 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19855/o-que-e-educacao-antirracista>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MOSTRA no Recife reúne 50 aquarelas de Carybé sobre o candomblé. 201. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/novororizontes/noticia/2015/06/mostra-no-recife-reune-50-aquarelas-de-carybe-sobre-o-candomble.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NOGUEIRA, Leo Carrer. **Da África para o Brasil, de Orixá a Egum: as ressignificações de Exu na literatura umbandista**. Goiânia: Editora UFG, 2022.

PEREIRA, Josenildo de J. **Na Fronteira do Cárcere e do Paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão Oitocentista**. Orientadora: Ivone Dias Avelino. 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jun. 2003.

PEREIRA, Josenildo de J. **Na Fronteira do Cárcere e do Paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão Oitocentista**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2001.

RÊGO, Tânia. **Rio de Janeiro - Mulheres marcham em Copacabana para celebrar o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, durante a 3ª Marcha das Mulheres Negras no Centro do Mundo**. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2017-07/3a-marcha-das-mulheres-negras-no-centro-do-mundo-no-rio-1582311626-4>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SANTOS, Yara. **Os caminhos para os gestores praticarem e estimularem uma Educação Antirracista**. 2021. Disponível em: <https://box.novaescola.org.br/etapa/1/educacao-infantil/caixa/350/gestao-escolar-avance-na-educacao-antirracista-com-a-equipe/conteudo/20729>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SCHREIBER, Mariana. **Iemanjá tem cor? Por que a divindade de origem africana se transformou em 'mulher branca' no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51341828>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SCHWARTZ, Stuart B. mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 61-88, 1987.

SILVA, Agda Coelho da. **Platão e as nossas cavernas atuais**. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@laboratoriopensamento/plat%C3%A3o-e-as-nossas-cavernas-atuais-1c88c2634168>. Acesso em: 19 fev. 2024.

WESTIN, Ricardo. **Escolas descumprem lei e ainda não oferecem educação antirracista**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/11/escolas-descumprem-lei-e-ainda-nao-oferecem-educacao-antirracista>. Acesso em: 20 fev. 2024.

WILLEMANN, Estela Martini; LIMA, Guiomar Rodrigues. O preconceito e a discriminação racial nas religiões de matriz africana no Brasil. **Revista UNIABEU**, v. 3, n 5, set/dez 2010.